

A PEDAGOGIA A DISTÂNCIA COMO REDIMENSIONAMENTO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

The Distance Pedagogy as redimensioning in the teachers formation for Childhood Education: the supervised training

SALGUEIRO, Marilene¹

RESUMO

Neste artigo procuramos refletir acerca da formação de professores no Brasil, especificamente no curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância, da Universidade Federal da Paraíba e o papel do estágio supervisionado como eixo articulador inter/transdisciplinar e preparador para o trabalho do pedagogo-docente para a Educação Infantil. Este trabalho é resultado de reflexões realizadas a partir da nossa experiência como docente do referido curso, no componente curricular Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil I e VII. Atuar nas etapas iniciais e finais desse curso possibilita o acompanhamento da importância do estágio na formação dos docentes. Embasado em autores que discutem a Educação a Distância, a formação docente nos cursos de Pedagogia e o estágio supervisionado, utilizamos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Concluímos, preliminarmente, que a ampliação dos espaços de formação de docentes no curso de Pedagogia, modalidade a distância, se coloca como um desafio aos educadores, pois ainda há um grande espaço a ser alcançado para elevar a educação aos espaços das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação a Distância; Estágio supervisionado.

ABSTRACT

In this article we tried to think about teachers formation in Brazil, specifically in the Pedagogy Undergraduate course, distance mode, at Paraíba Federal University [Universidade Federal da Paraíba], and the role of supervised training as an inter/transdisciplinary articulator axis and preparation for the work of the Youth Education pedagogue-teacher. This work is a result of considerations from our experience as a teacher of such course, Curriculum Component of Supervised Teaching Training in Early Childhood Education I and VII. To act in the initial and final stages of this course enables the following up of the teachers formation training. Focused upon authors that discuss Education at Distance, the teachers formation in the Pedagogy courses and the supervised training, we used bibliographic and document procedures. We have concluded, preliminarily, that the widening of spaces in teachers formation in the Pedagogy course, distance mode, places itself as a challenge to educators for there is still a great space to be reached to raise education to Information and Communication Technologies spaces.

Keywords: Teachers formation; Distance education; Supervised training.

¹ Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UFPB. E-mail: msalgueiro6@ig.com.br.

INTRODUÇÃO

Objetivamos neste artigo refletir sobre o trabalho e a prática pedagógica no estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da Universidade Federal da Paraíba. Para tanto, iniciamos traçando um rápido painel do curso de pedagogia nesta nova modalidade de ensino: a educação superior a distância, para depois refletirmos e discutirmos sobre a importância do estágio supervisionado na formação do docente da educação infantil. O trabalho é resultado da nossa experiência como docente do curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Federal da Paraíba e baseia-se em autores que discutem os temas da formação docente, educação a distância e do estágio supervisionado, através de uma pesquisa bibliográfica e documental.

PEDAGOGIA A DISTÂNCIA: NOVO CENÁRIO NA FORMAÇÃO DE DOCENTES NO BRASIL

A história da formação de pedagogos no Brasil, em instituições de ensino superior, apresenta uma série de modelos, desde a sua criação em 1939, passando por diversas regulamentações, até as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, visando, sobretudo, à formação de educadores para atuar em áreas que vão sendo definidas pelas demandas sociais vigentes. Atualmente, no bojo das transformações vivenciadas pela sociedade, nos deparamos também com a formação do “pedagogo a distância”.

Com a institucionalização desse novo processo pelo Ministério da Educação, no Brasil, iniciada com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394 de 1996 -, a matriz da política educacional brasileira também contemplou o ensino a distância no Brasil, e várias universidades e instituições de ensino superior abarcaram essa modalidade como via de formação de pedagogos, buscando a consolidação desta.

Contudo, podemos afirmar que até a promulgação da Lei 9394/96 e da criação da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em meados da década de 1990, a Educação a Distância foi vista, comumente, como um paliativo utilizado para atender, em determinados momentos, a demandas específicas que se constituíam, geralmente, de estudantes excluídos do sistema regular de ensino (MORAN, s/d).

Com o Sistema Universidade Aberta do Brasil, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), voltado para a criação e desenvolvimento de cursos superiores a distância, foram criados cursos de graduação em várias áreas e instituições públicas e privadas, concretizando a existência desta modalidade de ensino.

Objetivando a ampliação dos cursos de formação de docentes no Brasil e atendendo a uma necessidade de expansão da graduação, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde a década de 1980, vem implementando políticas de formação de docentes em exercício, como, por exemplo, o Programa Estudante, Convênio - Rede Pública (PEC/RP), visando capacitar e certificar professores. Com a implementação de cursos de licenciatura na modalidade a distância, a possibilidade de atender a tal demanda se ampliou. Nesse sentido, um dos cursos criados foi o de Licenciatura Plena em

Pedagogia (Magistério em Educação Infantil) na modalidade a distância no ano de 2007, para formar docentes da Educação Infantil.

A SEED/MEC (Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) foi criada em 1996, com a missão de atuar como agente de inovação dos processos de ensino-aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da educação a distância aos métodos didático-pedagógicos das escolas públicas.

No bojo dessas inovações, o curso da Universidade Federal da Paraíba especificou a sua formação para a docência da educação infantil, conforme consta em seu Projeto Pedagógico.

Tendo em vista tais indicações, o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia a distância da UFPB busca vislumbrar as questões anunciadas pelas diretrizes, constando que:

O objetivo principal deste curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (Magistério da Educação Infantil) é a formação de professores para atuar junto ao segmento educacional na faixa etária de 0 a 6 anos. Com base tanto nas diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia quanto nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, propõe-se que o profissional oriundo deste curso deverá apresentar um conhecimento sólido e abrangente:

- dos fundamentos gerais da educação;
- dos fundamentos teóricos das ciências que integram a proposta de atendimento à criança pequena e, concomitantemente, seu tratamento didático-metodológico exigido em nível da educação infantil;
- dos fundamentos das teorias do conhecimento que sustentam as propostas metodológicas do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança de 0 a 6 anos;
- do trabalho pedagógico realizado em instituições de educação infantil (UFPB/LICENCIATURA EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA, 2006, p.9).

Segundo o perfil profissional traçado no projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia da UFPB, o pedagogo deve ser um profissional competente, crítico, criativo e ético. A perspectiva profissional se expressa pelo domínio de sólida fundamentação teórico-prática, construída a partir da busca permanente do conhecimento, reforçando-se a responsabilidade entre aprendentes² e professores no desenvolvimento de uma práxis educativa motivada pelo compromisso social e político com a formação do profissional socialmente engajado no seu tempo. Conhecer a realidade educacional brasileira e local, compreender as bases teórico-metodológicas do trabalho docente, articular conhecimentos adquiridos no curso e os recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação são condições para se consolidar o profissional pedagogo necessário para a educação atual.

Nesse sentido, é importante entender a formação a distância e, nesta modalidade, o estágio supervisionado. Os modelos, os princípios e as concepções do curso de Pedagogia a distância da UFPB seguem diretrizes do Ministério da Educação, mas atendem também aos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia:

² No curso de Pedagogia na modalidade a distância da UFPB, denomina-se o estudante de aprendente.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006a).

Muitos são os desafios que se apresentam e muitos são os caminhos a se percorrer na consolidação dos cursos de graduação a distância no Brasil. A experiência do curso de Pedagogia a distância da UFPB tem sido acompanhada e avaliada em seu processo e, após a conclusão da primeira turma em 2011, foi criado pela coordenação do curso o Núcleo Docente Estruturante com o objetivo de coordenar a avaliação do curso, seu projeto político-pedagógico e o desempenho dos envolvidos no curso.

Visando refletir sobre a educação a distância e sobre a forma pela qual ela propicia o aprendizado, Maçada, Sato e Maraschin (2001, p.28) afirmam que:

Os modos pelos quais aprendemos estão relacionados com os acoplamentos contingentes tanto das tecnologias quanto das instituições sociais. Não é trivial interagirmos com diferentes modos sociais e institucionais de organização dos saberes, como também não é trivial que esses acoplamentos se deem através da linguagem oral, escrita ou por processos digitais. A ideia é que cada ecologia cognitiva – a rede atualizada de relações entre os sujeitos, tecnologias e instituições – produz regimes cognitivos diferenciados.

Morin (2000), ao romper com o paradigma da racionalidade moderna, propõe uma ciência da complexidade. Sua principal contribuição é sugerir a discussão da epistemologia do ponto de vista cognitivo. Nessa perspectiva, ele defende uma interligação entre todos os saberes, donde decorre o pensamento complexo. A questão que colocamos é sobre como a ideia do rompimento desse paradigma da racionalidade moderna e a educação a distância se relacionam.

Para Rela *et al.* (2006, p.60), “a educação à distância é vista como uma modalidade pedagógica que pode, ao lado de outras modalidades de educação, contribuir para a construção de um novo paradigma educacional.” Para refletirmos sobre a EAD e o Estágio na licenciatura em Pedagogia na EAD/UFPB, vamos continuar pensando em nossas concepções acerca de formação docente e de estágio como práxis:

A práxis na EAD está fundamentada em uma teoria educacional própria, tendo como um de seus princípios norteadores a ação transdisciplinar, que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de qualquer disciplina (NICOLESCU, 2001, p.63).

No tocante à educação a distância, o que se considera relevante é que as possibilidades tecnológicas disponíveis devem ser otimizadas na formação do futuro docente e no estágio supervisionado.

Sendo assim, a educação a distância vai possibilitar ao futuro docente, no processo de aquisição da aprendizagem, uma teia de relações e inter-relações na comunicação com seus pares e com os sujeitos presentes no processo. Professores, mediadores e aprendentes fazem parte dessa rede. O processo de aprendizagem, que envolve conteúdos, metodologias, relação professor/aprendente e avaliação, reflete-se no aprendente possibilitando seu desenvolvimento como sujeito autogestor e autônomo.

Educar a distância significa oferecer ao aluno referenciais teórico-práticos que levem à aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes que promovam o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

O ESTÁGIO COMO PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DO PEDAGOGO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste artigo propõe-se que o estágio supervisionado seja pensado como eixo articulador do curso de Pedagogia a Distância, tomando como categoria de análise o trabalho. Para isso, é preciso pensar o ensino superior como formação profissional, neste caso, especificamente no curso de Pedagogia Virtual da Universidade Federal da Paraíba.

As rápidas mudanças na história do capitalismo mundial no século XX foram inseridas no mundo do trabalho com a introdução de novos paradigmas científicos, tecnológicos e organizacionais no processo produtivo. Desenvolve-se uma discussão acerca dos debates contemporâneos sobre qualificação profissional e o mundo do trabalho no contexto do Estado neoliberal e globalizado.

Essas novas perspectivas desafiaram a educação na discussão ou rediscussão da qualificação profissional, quando pressupõe que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na gestão, mas principalmente com a introdução das novas tecnologias e o uso de equipamentos e máquinas cada vez mais modernos, demandam um trabalhador mais qualificado, mais habilitado para vencer os desafios, um trabalhador que assuma cada vez mais o trabalho em equipe, com maior dinamicidade, flexibilidade e liderança nas ações.

O papel (ou papéis) do Estado frente à discussão de políticas públicas para a educação e para a qualificação profissional é discutido pautado nos princípios que norteiam este Estado neoliberal, desenvolvido historicamente sobre bases que exortam, sobretudo, o valor do mercado, a competitividade, concorrência e liberdade.

É nesse sentido que os impactos da reestruturação produtiva na qualificação profissional colocam desafios para a compreensão dos diversos fatores que se entrelaçam, indo além da linearidade entre a formação e o mercado de trabalho, tendência assumida nas últimas décadas e, novamente, posta em pauta na discussão do surgimento de novo perfil de trabalhador por “competências”.³

³ O termo “competência” é, antes de tudo, categoria utilizada para definir o novo modelo implementado, há pouco, no processo produtivo, no interior das organizações, para “ensinarem” o trabalhador a desempenhar as tarefas de forma mais racional e produtiva. Elas só podem ser objeto de compromisso, ao mesmo tempo, quanto ao reconhecimento “individual” das “competências” e quanto à legitimidade “coletiva” das “qualificações”. Deluiz (2001, p.2) entende que a competência é, portanto, um atributo subjetivo. Isso exige que se desloque o foco dos “processos educativos dos conteúdos disciplinares para o sujeito que aprende, gerando a possibilidade de efetiva e contínua transferência das aquisições cognitivas”, o que implica recorrer “a todo tipo de aquisições cognitivas, desde os saberes e conhecimentos formalizados aos saberes e conhecimentos tácitos”.

Alguns autores analisam as mudanças em curso como transformações radicais na sociedade, indicando, por exemplo, o fim do trabalho. Porém, a sua existência como categoria fundamental para o homem em nossa sociedade é defendida por autores como Ricardo Antunes, Pochmann, Machado, entre outros, e também defendida por nós. Mesmo com uma nova configuração no cenário mundial, sobretudo na economia no início do século XX, o enfrentamento dos autores em relação à categoria trabalho continua.

O trabalho é a categoria fundante não porque venha "antes" da sociedade (a rigor, ele não pode existir fora do ser social, porque não é uma categoria da natureza), mas porque, na relação com a totalidade social, é o local por excelência da produção das necessidades por novas relações sociais (categorias e complexos) que marcarão o desenvolvimento histórico do gênero humano (LESSA, 2000, p.50).

Logo, para atender às novas exigências do mundo do trabalho, é relevante que a discussão sobre a noção de qualificação ou profissionalização seja ampliada e entendida a partir dos sujeitos envolvidos no processo de trabalho: os trabalhadores que, no cotidiano, podem compreender e dar significados diferenciados à questão da qualificação a partir de experiências próprias.

É nesse sentido que propomos o entendimento da formação docente na educação superior entendida como formação profissional para o mundo do trabalho atrelada a esse contexto ampliado que configura a sociedade contemporânea, entendendo ser o estágio o ponto inicial de contato dos aprendentes com a sua realidade profissional. Assim, procuramos nortear nossas reflexões através de dois eixos: Que tipo de profissional o Curso de Pedagogia tem formado e para atender a quais necessidades? E que tipo de profissional se deve formar, tendo em vista atender às necessidades do público com o qual se vai trabalhar, principalmente os filhos de trabalhadores? Diante disso, persiste o desafio: Como formar o pedagogo para atender à nova realidade do mundo globalizado e tecnologicamente estabelecido, e a necessidade de ampliar as experiências do estágio supervisionado na formação dos docentes para ser o elo que contribui, de forma significativa, com esta formação ao inserir o licenciado no cotidiano do trabalho e da profissão docente.

A compreensão da função do pedagogo, no contexto da educação brasileira, há muito ultrapassa os limites do mito da prática neutra. Entender essa função significa contextualizá-la na sociedade em que se desenvolve, relacionando-a à multiplicidade de fatores que aí interagem e que dão a forma da realidade brasileira.

Para isso, é necessário estabelecer práticas que considerem novas formas sociais para romper com o processo de desumanização cada vez mais crescente em nossa sociedade sob o bojo de uma sociedade globalizada e permeada pelos princípios do neoliberalismo. Portanto, no repensar dos rumos da educação brasileira, dos nossos cursos de Pedagogia, frente às proposições dos educadores e da legislação vigente, devemos ter cuidado para não repetir os erros do passado, respondendo prontamente às necessidades impostas pelo contexto neoliberal vigente, sobretudo pelo

mercado de trabalho. É preciso entender esse repensar como um desafio ainda persistente na busca de possibilidades críticas e reflexivas.

Assim como na modalidade presencial, o significado que se dá ao estágio deve partir de uma postura do professor formador, que busca por elementos motivadores para a práxis. Somente assim o docente desenvolverá suas atividades, buscando elementos motivadores para seus aprendentes.

Se o estágio supervisionado visa propiciar ao estagiário o desenvolvimento de habilidades através da qualificação necessária à sua área profissional, nos cursos a distância os estágios devem perseguir também esses objetivos, entendendo que o estágio supervisionado, em qualquer curso de formação profissional e, no nosso caso, no curso de formação do docente da educação infantil, precisa preparar o aprendente para se inserir no mercado de trabalho.

O conhecimento da produção teórica sobre formação docente e a importância do estágio supervisionado nessa formação são pressupostos fundamentais para a qualidade social na formação de futuros docentes. A noção de estágio, que propicia a pesquisa, a produção e a resignificação de práticas pedagógicas, no curso de Pedagogia, especificamente no da UFPB, em que se forma o docente da educação infantil, precisa considerar os conhecimentos produzidos sobre tal etapa da educação básica. É importante destacar a reflexão aprofundada, que deve ser feita sobre os princípios e os referenciais teórico-metodológicos da referida etapa, no bojo do processo de educação que se inicia e se prolonga ao longo da vida. Isso porque “[...] é preciso ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo” (MORIN, 2000, p.14).

Assim, se o estágio cumprir, em todas as suas etapas, os objetivos de propiciar a relação teoria-prática de forma interdisciplinar, a inserção do aprendente no mundo do trabalho e no cotidiano das instituições de educação infantil, e o conhecimento da realidade social e educacional, esse terá atingido uma formação de um docente com qualidade social, que é a meta do ensino superior.

Esta é a proposta no curso de Pedagogia a Distância da UFPB:

O Estágio Supervisionado no Magistério da Educação Infantil tem como princípio norteador o conhecimento da realidade sócio-cultural-econômica, através da interconexão teórico-metodológica dos conteúdos curriculares e a vivência teórico-prática do exercício do magistério, efetivada através do trabalho interdisciplinar. O Estágio deve ter como base, portanto, uma sólida formação teórica; a interação teoria-prática; a pesquisa como eixo da formação do profissional do magistério da educação infantil; avaliação contínua dos processos formativos (UFPB/LICENCIATURA EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA, 2011).

Para discutir a articulação teoria-prática na formação do docente da educação infantil, é importante entender que o direito à educação para as crianças está assegurado na legislação brasileira, em diversos instrumentos legais. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 208 refere, no inciso IV, que o atendimento em creches e pré-escolas deve ser direcionado a crianças de 0 a 6 anos de idade; o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – dispõe,

em seu artigo 54, inciso IV, sobre o dever do Estado no atendimento e na garantia da educação para as crianças também dessa faixa etária.

Esse atendimento deve ser feito nessas instituições de educação infantil, que devem ser estruturadas para garantir a qualidade do atendimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, no artigo 30, determina que a Educação Infantil deve ser ofertada em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos de idade. Para assegurar esse atendimento, precisamos garantir a presença nessas instituições de educação de profissionais habilitados com qualidade e formação teórico-metodológica adequada.

Pensar em política de formação profissional para a educação infantil requer, antes de tudo, questionar concepções sobre criança e educação infantil.

O imaginário popular e até dos meios oficiais pouco afeitos às reflexões sobre a criança e a educação infantil referendam, ainda, a perspectiva romântica do século passado, de que para atuar com crianças de 0 a 6 anos basta ser "mocinha, bonita, alegre e que goste de crianças", e a ideia de que não há necessidade de muitas especificações para instalar escolas infantis para os pequenos. Essa parece ser também a forma de pensar que reina entre membros do atual Conselho Nacional de Educação, refletida nas propostas oficiais que se distanciam de uma formação profissional qualificada (KISHIMOTO, 1999, p.74).

Na modalidade a distância o risco que se corre é a transposição de todos os métodos da educação presencial para ela. Se não tivermos cuidado, os recursos tecnológicos, como internet, videoaulas, AVA Moodle,⁴ EXE learning,⁵ serão de pouca utilidade e podem se tornar apenas meros instrumentos. Portanto, a elaboração de *webfólios*, a participação em fóruns e a postagem dos relatórios devem ser feitas nos instrumentos comumente utilizados na EAD, no nosso caso, no AVA Moodle.

O que se considera relevante, aqui, é mostrar que as possibilidades tecnológicas disponíveis nos cursos a distância devem ser otimizadas na formação do futuro docente e no estágio supervisionado. Se a supervisão do futuro docente *in loco* se torna difícil pela distância dos aprendentes (na maioria das vezes residentes em municípios distantes da sede do curso e, portanto, do professor), esta supervisão deve contar com o apoio da tecnologia e de recursos disponíveis. Mas isso ainda é um desafio a ser vencido.

A educação a distância vai possibilitar ao aprendente, no processo de aquisição da aprendizagem, uma teia de relações e inter-relações na comunicação com seus pares e com os sujeitos presentes no processo. Professores, mediadores e aprendentes fazem parte dessa rede. O processo de aprendizagem, que envolve conteúdos, metodologias, relação professor/aprendente e avaliação, reflete-se no aprendente possibilitando torná-lo sujeito autônomo e essencial na sua aprendizagem.

⁴ AVA Moodle é o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado na EAD/UFPB, é uma Plataforma de aprendizagem.

⁵ EXE Learning é uma ferramenta de autor para se criar aulas, palestras, etc. a serem disponibilizadas na Plataforma de Aprendizagem.

Neves (1998, p.13) chama a atenção para a responsabilidade da educação superior a distância na busca de se manter a qualidade da formação oferecida. Não se podem traduzir esses cursos como de baixa qualidade, aligeirados ou desconsiderar as políticas atuais de formação docente no Brasil, pois educar a distância não significa reduzir objetivos, pasteurizar conteúdos, simplificar conteúdos e currículos, e nem diminuir tempo de estudo e reflexão.

Precisamos, então, romper barreiras, superar preconceitos e fazer com que a educação a distância sirva aos seus propósitos de ampliar a oferta em cursos superiores em instituições públicas de educação no Brasil, revendo noções de espaço/tempo e encurtando distâncias. Valorizar essa modalidade de educação significa valorizar o desenvolvimento da sociedade, considerar o conhecimento como categoria central e o advento das tecnologias da informação e comunicação como algo inerente à humanidade.

O pensar complexo pretende articular o todo com as partes, o global e o particular, as certezas e as incertezas, o separável e o inseparável. Pensar sob essa perspectiva o estágio supervisionado nos remete ao ir e vir entre teoria/prática, numa teia que se retroalimenta incessantemente. Fazer isso é “unir as noções antagônicas para pensar os processos organizadores, produtivos e criadores no mundo complexo da vida e da história humana” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p.204).

Para Morin (2000), o debate sobre este conhecimento:

[...] não poderia constituir um domínio privilegiado, para pensadores privilegiados, uma competência de *experts*, um luxo especulativo para filósofos, mas uma tarefa histórica para cada um e para todos. A epistemologia complexa deveria instalar-se senão nas ruas, ao menos nas mentes, mas isso exige, sem dúvida, uma revolução mental (MORIN, 2000, p.259).

Além disso, Morin defende a reconstrução do sujeito eticamente responsável, defendendo a necessidade da comunicação, socialização e solidariedade, numa busca pela totalidade em contraposição ao fragmentado, compartimentado, reducionista e linear posto pela ciência cartesiana do século XIX, e que ainda domina na primeira década do século XXI o arcabouço teórico e a prática educacional de algumas ciências, especialmente as ciências naturais.

As ideias de Morin apresentadas anteriormente nos levam a uma profunda reflexão sobre o fazer e o ensinar ciência e o nosso papel enquanto sujeitos participantes e interativos da sociedade contemporânea. A ideia de que a educação deve ser promotora de uma inteligência geral baseada no paradigma cognitivo, que é a base das discussões de Morin sobre a educação, possibilita alcançar o conhecimento global e desenvolver as capacidades auto-organizativas dos estudantes. Na Educação a Distância isto é um pressuposto básico para se alcançar resultados favoráveis e positivos.

O futuro docente deve ter como meta o exercício da docência, com uma prática que colabore para a transformação da realidade, na direção de uma sociedade mais equânime. O estágio irá propiciar isso. Sob o ponto de vista de Andrade (2009, p.2),

o Estágio permite a integração da teoria e da prática – o encontro do geral com o particular, do conceitual com o concreto, do virtual com o real. É, portanto, o Estágio uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade, com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência – fazer bem o que lhe compete.

O estágio supervisionado, no curso de Pedagogia, na modalidade a distância, da Universidade Federal da Paraíba, desenvolve-se num processo em que as etapas (Estágio I, Marco II, até Estágio VII, Marco VII) se articulam pedagogicamente entre si. Os aprendentes constroem a sua prática, a partir do Estágio I até o Estágio VI, e passam por diversas ações nas instituições de Educação Infantil de seus polos de apoio presenciais. Relacionando os saberes teóricos aprofundados nos componentes com a prática vivenciada nas instituições, os estágios vão compondo a formação dos aprendentes. As etapas se compõem desde a observação do cotidiano escolar, a observação da sala de aula, coparticipação e a prática docente supervisionada.

A possibilidade do estágio supervisionado para o entendimento da prática pedagógica é a possibilidade da formação na e pela reflexão. Devemos pensar que a relação teoria/prática deve ser o ponto de partida e o ponto de chegada para a formação do docente em educação infantil. Pressupõe-se que esses espaços na formação indicam ao futuro docente o seu fazer profissional e o conhecimento e o reconhecimento da sua profissão. Reconhecer-se docente é momento precípuo para se tornar docente. Ao reconhecer as individualidades e as diferenças, esse profissional deve reconhecer-se também a partir da sua singularidade e individualidade e, sobretudo, reconhecer-se enquanto trabalhador.

Portanto, o estágio deve ser um redimensionamento da prática pedagógica docente, e não um espaço para copiar a prática observada. O docente é único nas proposições na sua relação com os alunos, com os recursos e as possibilidades didáticas. Esse desafio é persistente nas reflexões sobre o componente curricular do curso a distância da UFPB.

Para Kuenzer (2002), não se pode desconsiderar esse espaço de desenvolvimento de competências que é a escola. Porém, não devemos desconsiderar as amplas possibilidades que tem o docente ao desempenhar bem suas funções.

Para pensar a prática na educação infantil precisamos responder à seguinte questão: Qual é a sua real função em relação às crianças? Podemos nos remeter ao documento dos *Referenciais para a Formação de professores*, para respondê-la:

Embora tenham um sentido de meta para a escolaridade, essas aprendizagens podem – e devem – constituir-se desde que as crianças ingressam em uma instituição educativa. Já na Educação Infantil, as crianças podem desenvolver sua curiosidade – que é uma forma de investigar e valorizar o conhecimento –, aprender a rebelar-se contra o que não compreendem – que é uma forma de questionar –, ler o mundo, expressar-se, enfrentar desafios, construir hipóteses, raciocinar, comparar, estabelecer relações, adquirir confiança em si mesmas, respeitar a vontade do outro, discutir, diferenciar a casa da escola, ser solidárias, conviver com a diversidade. Toda aprendizagem tem um desdobramento possível para crianças muito pequenas (BRASIL, 1999, p.25).

Para a efetivação da práxis pedagógica, um dos grandes desafios para o aprendente de Pedagogia é o de adquirir a devida experiência para o processo de profissionalização docente. Desse modo, o estágio supervisionado conquistou o papel efetivador dessa profissionalização; a práxis possibilita a busca de uma maneira mais propícia de conciliar teoria e prática, rompendo com o antagonismo existente entre essas duas etapas do contexto de aprendizagem: a teoria, de um lado, e a prática, de outro.

Sobre esses aspectos, Saviani (2008, p.128) assevera:

Percebemos, então, que o que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo do mesmo modo que o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a "prática" sem teoria e o verbalismo é a "teoria" sem a prática. Isto é: o verbalismo é o falar por falar, o blá-blá-blá, o culto da palavra oca; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo.

Dessa forma, cada etapa do estágio deve propiciar esta busca dos aprendentes de referenciais nos demais componentes curriculares do curso, exercendo os princípios da inter/transdisciplinaridade. Esse processo tem sido buscado em diversas reuniões de planejamento com a equipe do curso, mas é, talvez, o de maior entrave.

A proposta do estágio, nos cursos de formação de docentes, deve propiciar um passeio ao universo profissional, uma interação entre os seus atores, um mergulho na realidade socioeconômica e cultural e no mundo de especificidades que compõem o ser criança.

O estágio propicia, ainda, o conhecimento da realidade profissional no entendimento do trabalho como atividade substancialmente humana. Ao ingressar no Curso Superior, o aprendente deve ter clareza de que esse é um curso de formação para a vida profissional.

Pensar o saber, o aprender, o aprender a aprender, nessa nova configuração social e educacional, pressupõe que a relação do homem com os signos é um vastíssimo campo que continua sendo explorado contemporaneamente por um conjunto de reflexões interdisciplinares (MANCINI, 1994, p.4).

Realizar uma formação docente que considere relações e inter-relações, mediações, qualidade social da educação, na busca da emancipação dos cidadãos, significa formar docentes atentos às contradições que essa sociedade tecnológica do conhecimento e da informação nos traz. Nesse sentido, se o estágio cumprir, em todas as suas etapas, o objetivo de propiciar a relação teoria/prática de forma interdisciplinar, a inserção do aprendente no mundo do trabalho, no cotidiano das instituições de educação infantil, e o conhecimento da realidade social e educacional, teremos atingido uma formação de um docente com qualidade social, que é a meta do ensino superior.

Cabe, pois, à educação e aos futuros docentes contribuir para romper as barreiras da competitividade, da produtividade e do individualismo postos. O pressuposto é de que cabe ao docente, particularmente ao da educação infantil, que atua na base do sistema educacional, realizar tudo o que pode trazer novas perspectivas para si próprio e para os seus alunos, estabelecendo, entre outras possibilidades, uma nova relação entre indivíduo

e sociedade, mediada pelo campo profissional, por meio do acesso e da qualidade à educação pública e gratuita. A socialização das informações acumuladas, a criação de acessos reais e democráticos a todo o patrimônio científico e tecnológico devem ser objetivos perseguidos pelo docente/futuro docente.

Assmann (1998) sugere que “é preciso substituir a Pedagogia das certezas e dos saberes pré-fixados por uma Pedagogia da pergunta, do melhoramento das perguntas e do ‘acessamento das informações’” (1998, p.33). É preciso utilizar o espaço do estágio para a reinvenção da prática docente, do fazer pedagógico, do ser historicamente constituído.

Entende-se então o estágio como um *locus* essencial para o futuro docente observar, intervir, refletir, compreender e ressignificar a prática pedagógica na educação infantil. Ao se ver frente a frente com o docente da escola-campo, desenvolvendo sua prática, o futuro docente tem a possibilidade de acessar um amplo e rico material para a sua própria formação. Ver-se nas práticas desenvolvidas ou desenvolvendo essas práticas com novas possibilidades é objetivo do estágio. Qual é esse lugar-escola? Quem é esse agente-docente? Quem é o seu aluno? Qual o seu papel na sociedade e na escola?

BREVES CONSIDERAÇÕES

Para finalizar, vamos pensar sobre a seguinte questão: Pressupõem-se, na atualidade, novas formas de ver, sentir e agir dos seres humanos perante todas as transformações analisadas, a maioria delas impulsionada pelo avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, caracterizando, além de novas formas de produção, novas formas de relação ensino-aprendizagem. Isso se traduz, para alguns, em reelaboração da prática. Por isso, cada vez mais, é preciso enfatizar as diferenças, as contradições ou relações dialógicas entre a proclamada crise dos paradigmas e a emergência de novos paradigmas.

Se estamos proclamando o novo a partir do velho, devemos proclamar um novo que forme docentes, a partir de uma profunda relação teoria/prática, um currículo interdisciplinar e um estágio efetivamente desenvolvido. A Educação a Distância, como efetivamente recente no ensino superior brasileiro, precisa ser vista e dimensionada num contexto mais amplo de significativas e rápidas mudanças sócio-econômico-culturais que afetam, não apenas a sociedade em suas formas de produção, consumo e comunicação, mas também a elaboração das políticas públicas, neste caso na área da educação.

Não se pode desvincular esta política de formação no ensino superior dos interesses aos quais ela pode ou deve se vincular. Do ponto de vista do investimento público em educação, quais são os atores que se beneficiam? Do ponto de vista da qualidade da educação ofertada, como podemos prever se a inserção desta modalidade traz benefícios? Com as primeiras turmas concluindo seus cursos, essa avaliação deve ser um passo urgente.

É necessário pensar que o que operamos com a Educação a Distância é uma nova forma de conceber educação e isto não se restringe apenas a uma

mudança metodológica com apropriação das tecnologias de comunicação e informação.

Pensar a Educação a Distância, no contexto da educação atual, deve nos remeter a pensar um novo paradigma educacional? As ações públicas oficiais não se constituem, portanto, como hegemônicas, e assim não podem se propor como institucionalizantes de um novo paradigma quando não há uma participação efetiva dos diversos atores envolvidos no processo, no caso da formação docente, principalmente estudantes/professores.

Isso pressupõe a possibilidade de elaboração de parâmetros que, entre outras coisas, desenvolvam uma nova relação entre indivíduo, sociedade civil e poder público, mediados pelo trabalho que pressupõe o desenvolvimento em cursos de formação superior, propostos por ambos os lados. É necessário, portanto, analisar esses aspectos quando se propõe elaborar ou discutir políticas públicas para a formação docente. No que diz respeito ao acesso ao Ensino Superior, não há dúvidas de que a Educação a Distância contribui para a sua democratização.

Trata-se, assim, de provocações que instigam a pensar o estágio supervisionado como espaço de aprendizagem, pesquisa e reflexão dos fazeres postos e propostos na rotina da Educação Infantil, potencializadas (as provocações) pela formação a distância, com todos os avanços e recuos que a mesma suscita, próprios das práticas educativas que se constituem nosso foco de interesse,

Se não entendemos assim, caímos no risco do determinismo, da aceitação passiva da realidade e de aceitação da lógica das individualidades e da competitividade, caímos na aceitação do fim do papel criador da educação. Ao formar docentes no ensino superior presencial ou a distância, é preciso garantir o espaço do diálogo e de novas proposições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arnon Alberto Mascarenhas de. O Estágio Supervisionado e a Práxis docente. In: **Arnon de Andrade - Site Pessoal**. Disponível em: <<http://www.educ.ufrn.br/arnon/estagio.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1.

_____. MEC/SEF. **Referenciais para a formação de professores**. Brasília: MEC/SEF, 1999. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABABcAL/referenciais-formacao-professores>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

_____. CNE. **Resolução CNE/CP 01/02**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior,

curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 11 maio 2011.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Diário da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p.11. 2006a.

_____. MEC/SEF. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2006b. v.1/2.

_____. MEC/Secretaria de Educação a Distância. **Universidade Aberta do Brasil**. S/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=510&id=12265&option=com_content&view=article>. Acesso em: 22 jan. 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIDONET, Vital. Não há educação sem cuidado. **Revista Pátio de Educação Infantil**, Porto Alegre, p.6-9, abr.-jul. 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. In: **Educação & Sociedade**, v.20, n.68, p.61-79, dez.1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. **Boletim técnico do Senac**, v.28, n.2, p.3-11, 2002. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/282/boltec282a.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

LESSA, Sergio. Serviço Social e Trabalho: do que se trata? **Revista Temporalis**, Brasília, v.1, n.1, p.35-58, 2000.

MAÇADA, Debora Laurino; SATO, Luciane Sayuri; MARASCHIN, Cleci. Educação sem distâncias: uma experiência de convivência em ambiente digital de aprendizagem. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Florianópolis – SC, v.9, p.27-34, 2001.

MANCE, Euclides André. **Subjetividade, imaginários e utopias**. Curitiba, 1994. Mimeografado.

MORAN, José Manuel. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologia**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2525970/Moran-Ensino-e-aprendizagem-inovadores-com-tecnologia>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. 2.ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Critérios de qualidade para a educação a distância. **Tecnologia educacional**, Rio de Janeiro, v.26, n.141, p.13-17, abr.-jun.1998.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 2001.

RELA, Eliana *et al.* Supervisão e Construção da Avaliação em Situações de Estágio em Cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância. **Teoria & prática**, Porto Alegre, v.9, n.2, jun.-dez. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

UFPB/LICENCIATURA EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA. **Projeto Político Pedagógico**. João Pessoa: 2006.

_____. **Trilhando os caminhos da prática pedagógica**: o estágio supervisionado no magistério da educação infantil – Diretrizes Gerais para o Estágio Supervisionado. 2011. Disponível em: <<http://www.virtual.ufpb.br/pedagogia>>. Acesso em: 5 maio 2011.